
Vazamentos: Quando a Fonte Assume o Protagonismo e Determina a Colaboração ¹

Maria Cristina G. R. Do Amaral²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este artigo aborda a figura das fontes jornalísticas e suas relações com o jornalista, e propõe, a partir das dinâmicas encontradas em episódios de vazamentos, novas classificações para elas. Para isso fizemos um recorte de sete episódios jornalísticos envolvendo vazamentos que foram marcantes na história internacional e/ou brasileira. Inicialmente abordamos os principais conceitos e teorias relacionados às classificações das fontes jornalísticas, assim como as relações das fontes com os jornalistas; analisamos as dinâmicas que envolveram fontes e jornalistas em cada caso e, por fim, categorizamos as fontes dos episódios escolhidos segundo os critérios apresentados.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; vazamentos; fontes.

Desde a década de 1970, quando os escândalos dos Pentagon Papers e Watergate sacudiram o mundo ocidental, o público vem acompanhando com avidez as consequências dos vazamentos de informação para a imprensa. Pouco mais de 30 anos depois o site Wikileaks inaugurou uma nova era nesta dinâmica. A entrada de novos agentes; a quantidade e complexidade dos dados envolvidos; as possibilidades, abertas pela tecnologia, de acesso e participação do público; as consequências para o campo jornalístico - tudo isso fez com que estes processos de vazamento e produção jornalística fossem seguidamente estudados.

Em um artigo de 2016, Christoffoletti alertava para os riscos éticos envolvidos no jornalismo baseado no que ele chamou de fontes protagonistas: denúncias, delatores e vazamentos. Além da rica análise das questões éticas e deontológicas envolvidas, o artigo tratava de um tipo de fonte que, até então, não se mostrava tão frequente: as fontes que assumem o protagonismo, produzindo não apenas informações para o

¹Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Douroranda do Curso de Comunicação da Uerj. Bolsista Capes. E-mail: cristina.gramaral@gmail.com

jornalista mas “desequilibrando” de várias formas um sistema em que, até então, o jornalista tinha controle das informações que chegariam ao público.

Encontramos hoje, nas taxonomias existentes, fontes caracterizadas segundo a posição: assumidas ou anônimas (Pinto, 2000), ou segundo a metodologia de atuação: ativas ou passivas; pró-ativas ou reativas (McNair, 1998), mas nada que contemple exclusivamente esse fenômeno das fontes protagonistas, suas complexidades e consequências no cenário do jornalismo atual. Christoffoletti chega mesmo a considerar (mas avalia ser, então, prematuro) uma taxonomia exclusiva para personagens que aparecem nos relatos jornalísticos “em categorias que contribuem (ou não) para credenciar seus discursos reveladores. Ora são informantes ou depoentes; ora vazadores ou denunciantes, quando não delatores” (CHRISTOFFOLETTI, 2016, p. 66).

Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutoramento em que procuramos, nos alinhando a questionamentos colocados por Christoffoletti e outros autores, colaborar com os estudos de jornalismo por meio de uma abordagem que investiga a figura da fonte e suas relações com o jornalista. Para isso fizemos um recorte de sete episódios jornalísticos envolvendo vazamentos que foram marcantes na história internacional e/ou brasileira. Identificamos, nos episódios estudados, características que nos levam a propor duas novas categorizações para o estudo das fontes: fontes protagonistas e fontes colaborativas.

No texto começamos por definir o que entendemos por fontes colaborativas e protagonistas. Em seguida abordamos os principais conceitos e teorias relacionados às classificações das fontes jornalísticas, assim como as relações das fontes com os jornalistas; analisamos as dinâmicas que envolveram fontes e jornalistas em cada caso e, por fim, categorizamos as fontes dos episódios escolhidos segundo os critérios de protagonista e/ou colaborativa.

Fontes protagonistas e colaborativas

Fontes protagonistas (aqui aproveitamos a expressão utilizada por Christoffoletti) são fontes que não apenas se mostram proativas mas que por sua importância dentro do contexto do vazamento “roubam os holofotes” no episódio gerando, por si só e por suas ações, novos acontecimentos jornalísticos e políticos que não ocorreriam se a fonte fosse outra. Quando a ação do vazamento vira um

acontecimento jornalístico em si, isso pode dever-se, em grande parte, à motivação da própria fonte ao vazarem as informações, seu comportamento durante o processo ou sua posição social/política no contexto. É importante esclarecer que o que chamamos de acontecimento jornalístico vai além da óbvia notícia sobre a identidade da fonte, quando não anônima ou quando descoberta por investigações posteriores.

A segunda característica que pode determinar uma classificação sobre a fonte é o grau de envolvimento da fonte na dinâmica da produção da notícia. Fontes colaborativas não se limitam à entregar a informação ao jornalista, mas colaboram na construção da narrativa - não no texto final, mas no processo em como aquelas informações chegarão ao público. Entendemos que existem hoje três diferentes tipos de fontes atuantes no jornalismo, se consideradas em relação ao grau de envolvimento exercido na produção da notícia: a de extração/confirmação; a de oferecimento (com boas ou más intenções) e a de cooperação. As duas primeiras seguem as dinâmicas tradicionais na relação fonte/jornalista: uma é acionada para a extração e/ou confirmação de informações; a segunda entrega (para jornalistas profissionais ou, atualmente, apenas jogando na internet) informações que, por alguma razão, entende que deveriam ser publicizadas. O terceiro tipo de fonte, a colaborativa - e isso é fato recente - não apenas entrega as informações como decide, viabiliza e auxilia na transformação daqueles dados em narrativas jornalísticas que serão efetivamente lidas e compreendidas pelo público - o que a mera disponibilização para a sociedade via site de denúncias, por exemplo, não garante. A fonte colaborativa surge como um dos efeitos colaterais da plataformação da informação. Por um lado, as novas tecnologias geram e facilitam o acesso digital a milhares de dados, informação vital para o jornalista mas, por vezes, fora de seu alcance técnico, seja para obtê-la, decodificá-la, classificá-la ou relacioná-la com outras informações relevantes. Por outro, ao pulverizar os pólos de produção e distribuição da informação, estendem a não profissionais a possibilidade da prática de divulgação de informações no formato jornalístico.

Freitas (2016) ao analisar o jornalismo colaborativo em tese de doutoramento, já apontava como em cada um dos grandes casos de vazamento, “não só os jornalistas mas também as fontes vão se qualificando para as investigações e o trabalho conjunto. E como, por meio de experiência própria ou busca de informação sobre coberturas anteriores, estão mais preparados para fazer escolhas individuais” (p. 118). O

comentário baseava-se no comportamento da fonte, anônima, que vazou os dados do Panama Papers.

O mais significativo exemplo deste tipo de fonte é o site Wikileaks. Fonte; intermediário; divulgador de informações; colaborador - o site, criado em 2007, ocupa diversas posições no cenário da produção de notícias. Tornou-se mundialmente conhecido por seus megavazamentos, pela personalidade e posições defendidas por seu fundador e principal representante, Julian Assange, e por ter forçado uma nova dinâmica colaborativa entre a imprensa investigativa, dada a quantidade e complexidade dos dados a que ele têm acesso.

Nosso interesse principal de pesquisa reside na ocorrência, cada vez mais frequente, destes dois tipos de fontes - protagonista e colaborativa, características que podem ou não estar juntas. Mais especificamente - o que será investigado durante a pesquisa -, em entender melhor em que medida mudam, se é que mudam, os valores de credibilidade e legitimidade atribuídos às fontes protagonistas e colaborativas.

São os seguintes os episódios escolhidos para configurar o *corpus* de pesquisa:

Tabela 1 - Vazamentos/Relevância

ANO	COMO FICOU CONHECIDO	CONTEXTO	RELEVÂNCIA
1971	Pentagon Papers	Revelou o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã entre 1945 e 1967, em ações e ataques militares até então negados ou mantidos secretos.	Levantou debates sobre o papel e a legitimidade da imprensa em divulgar informações obtidas de forma ilegal e o padrão de moralidade que a sociedade pode exigir dos detentores do poder político. É considerado um marco nesse sentido.
1972	Watergate	Descoberta sobre o grampo colocado, pela administração Nixon, na sede do Partido Democrata dos EUA. O nome Watergate refere-se ao prédio onde ficavam os escritórios grampeados.	O incidente, que culminou com a renúncia do então presidente Nixon, tornou-se um caso paradigmático de corrupção. O sufixo é utilizado desde então para indicar escândalos e vazamentos.
2010	Wikileaks	Vazamentos sobre a atuação dos EUA nas guerras do Afeganistão e do Iraque, além de divulgar correspondências entre o governo dos Estados Unidos e suas embaixadas ao redor do mundo	O site Wikileaks tornou-se um divisor de águas na discussão sobre liberdade de expressão e o direito ao sigilo em assuntos governamentais. Mais do que isso, utilizando-se de novas tecnologias de rede, implementou uma possibilidade de divulgação de informações que prescindia do jornalista, ainda que a eficácia

			dessa prática fosse revista mais tarde.
2013	Caso Snowden	Vazamento de documentos ultrasecretos que indicavam que a Agência Nacional de Segurança dos EUA estaria extrapolando os limites razoáveis de atuação na vigilância da população civil dos EUA e de países amigos e democráticos.	O caso atingiu um tema polêmico e muito sensível: a privacidade <i>versus</i> a vigilância digital dos cidadãos. Além do volume e importância das informações, a repercussão foi ampliada pelo fato de Snowden se recusar a ficar anônimo.
2015	Panama Papers	Vazamento de documentos do escritório de advocacia Mossack Fonseca, que administrava empresas offshore. Este tipo de empresa é, muitas vezes, usada para esconder dinheiro e dificultar o rastreamento de seus verdadeiros donos.	Entre os clientes estavam de celebridades a conhecidos traficantes de armas, chefes de governo e ditadores. O caso foi trabalhado em conjunto por um grande grupo de jornalistas e veículos, inclusive brasileiros. Tornou-se uma experiência modelo em jornalismo colaborativo.
	Lava Jato	Em decisão polêmica, o então juiz Sérgio Moro derrubou o sigilo que envolvia uma conversa telefônica gravada, dentro do escopo da Operação Lava Jato, entre o ex presidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff	O vazamento continha uma conversa que supostamente demonstraria um plano para blindar o ex-presidente das investigações da Operação Lava Jato. O fato acirrou a crise política e contribuiu para fortalecer o movimento que determinou o impeachment da presidenta.
	Vaza Jato	Conversas do então juiz Sérgio Moro (na época do vazamento, Ministro da Justiça) com o promotor Deltan Dallagnol relacionadas à operação Lava Jato, em especial ao julgamento do ex-presidente Lula.	O vazamento detonou uma série de investigações e uma ação no Supremo Tribunal Federal que acabou por declarar a suspeição do juiz no caso e a invalidação do julgamento do ex-presidente Lula.

Fonte: autoria própria

Algumas observações se fazem necessárias: em relação à divulgação das conversas do então juiz Sérgio Moro com o promotor Deltan Dallagnol, pode-se argumentar que a ação do *hacker* não configura exatamente um vazamento, e sim denúncia, uma vez que a fonte não participava, em nenhum grau, das organizações ou instituições que tiveram seus dados revelados. No entanto, por sua relevância política, pela ligação com o vazamento anterior (Lava Jato) e por ter sido amplamente nomeado como vazamento pela imprensa, decidimos mantê-lo no *corpus*. No caso da Operação

Lava Jato, apesar de ter ocorrido mais de um vazamento de gravações telefônicas, elegemos o episódio mais significativo. Em relação ao site Wikileaks, mantivemos tanto a origem inicial dos vazamentos (a soldado Chelsea Manning) quanto o fundador e representante do site, Julian Assange, como fontes, pela importância da figura de Assange dentro do processo.

Classificação das fontes

Muito se tem falado, na última década ou mais, sobre a crise - e até mesmo o fim, em cenários mais distópicos - do jornalismo. O desenvolvimento e popularização de tecnologias de comunicação digital com ênfase nas plataformas e na mobilidade, alterou toda uma cultura e prática de consumo da informação. Crises econômicas, aliadas à pulverização dos pólos de produção e distribuição da informação, vêm forçando a busca de novos modelos de negócios. A desinformação via redes sociais paradoxalmente ameaça o jornalismo enquanto aumenta a credibilidade da imprensa tradicional. O panorama é, mais do nunca, fluido, e é certo que muita coisa mudou. Mas o jornalismo não acabou. E, independentemente de como é feito, distribuído, consumido ou monetizado, uma realidade permanece inalterada: não se faz jornalismo sem fontes.

Pinto (2000, p. 278) define as fontes como pessoas; grupos; instituições sociais ou os vestígios construídos e deixados por eles: falas; documentos; dados. Gans (2004, p. 147) inclui “todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista”. Delas, espera-se que produzam informações relevantes, verdadeiras e completas, na medida de seu conhecimento. Apesar disso, o percurso da informação, da fonte ao consumidor da notícia, não é sempre claro ou linear, muito menos desprovido de forças internas movidas por interesses diversos, às vezes antagônicos. Como colocam Kischinevsky e Chagas (2017, p. 115) “jornalistas e fontes coexistem dentro de um sistema que revela exercícios de poder e disputas entre os agentes pela interpretação da realidade”.

Nessa disputa, a sociologia do jornalismo já demonstrou a preponderância da escolha de fontes oficiais pelos jornalistas e as distorções que isso traz. Gaye Tuchman (1978) comenta que esta prática deixa ao “homem da rua” o papel simbólico de *representação* dos outros, e não de *representante* dos outros. Entre as razões para tal preponderância estão a facilidade de acesso, a disponibilidade constante, a expertise e a

credibilidade que fontes oficiais transmitem ao público. Hall et al (1978) criam por isso o conceito de *definidores primários* da notícia para fontes que representam o poder organizado - seja porque são fontes oficiais ou especialistas ligados a instituições tradicionais. Os *definidores primários* ocupam um lugar privilegiado em relação ao jornalista e, conseqüentemente, detêm um grau maior de influência na mediação dos sentidos, uma hegemonia do enquadramento interpretativo da narrativa feita pela imprensa. Entretanto, como observou Lopes (2016), a classificação de *definidor primário*, proposta por Hall et al, apesar de servir a um enfoque centrado na perspectiva da reprodução do poder dominante, exclui vários interlocutores que também se constituem como notícia. Schelsinger (1990) argumenta ainda que tal modelo, de caráter estruturalista, ignora a questão da competição entre as fontes. De fato, fontes não oficiais cada vez mais contam com uma consistente estrutura de divulgação de seus interesses, seja através de profissionais (dentro ou fora de suas organizações) ou de forma amadora. Ao surgimento dessa capacidade de passar à ofensiva, impulsionado pelas assessorias de imprensa, que competem pela atenção do jornalista e pela possibilidade de marcar a agenda das redações, Manuel Chaparro (2007) chamou de “a revolução das fontes”. As fontes, institucionalizadas, não apenas se tornaram mais hábeis e rápidas para fornecer informações a jornalistas, mas se capacitaram para promover acontecimentos com - pelo menos aparente - valor notícia. Assim, avalia Chaparro, “transformaram o jornalismo em espaço público dos conflitos em que se movimentam, usando-o para agir e interagir no mundo, à luz de seus interesses, provavelmente legítimos” (p. 14).

Além dos autores citados acima, desde a década de 1970 um grande número de pesquisadores como Molotch e Lester (1974); Lage (2000); Schmitz (2011); McNair (1998) e Wolf (2009), têm estudado as fontes de informações jornalísticas, elaborando, para fins de um conhecimento mais profundo deste agente, classificações e categorizações. A variedade resultante deste esforço é enorme, porque qualquer classificação depende de parâmetros escolhidos - e estes, mais uma vez, podem ser vários. Uma categorização pode ir de uma simples diferenciação entre fontes oficiais e não oficiais até um trabalho extenso como o de Lopes (2016), que procurou tipificar as fontes baseada seis variáveis: número de fontes; composição; identificação; geografia; sexo e estatuto. A partir daí, subdividiu as variáveis em macro-categorias, cada qual

com categorias que se desdobravam em dois tipos de micro-categorias. Ou a tipificação de Schmitz, estruturada por categoria (fontes primária e secundária), grupo (oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência), ação (proativa, ativa, passiva e reativa), crédito (identificada ou anônima) e pela qualificação (confiável, credível e duvidosa).

Elaborar uma taxonomia definitiva para as fontes de informação no jornalismo me parece tarefa um pouco ingrata, dada a multiplicidade de olhares e perspectivas que podem ser adotados ao se analisar o universo de indivíduos ou instituições que municiam de informações outros indivíduos ou instituições. Mas, não é por isso que o trabalho de investigação e categorização de fontes torna-se menos importante; ao contrário: “essa pluralidade e diversidade de fontes, que agem de formas diferentes e detêm qualidades diversas, exige uma classificação para que se entenda a sua força” (SCHMITZ, 2011). Na rotina produtiva do jornalista, as classificações das fontes ajudam a buscar uma maior diversidade de opiniões. Para esta pesquisa, mostram-se operadores teórico-metodológicos importantes.

Em 1990 Schelsinger já apontava um excessivo midiacentrismo predominante na sociologia do jornalismo que, de forma geral (mas não exclusiva) focava seus estudos em como as organizações de mídia, especialmente aquelas que produzem notícias, fazem uso das fontes. E por isso defendia a criação de uma sociologia própria das fontes. O que ele chama de midiacentrismo pode ser visto, por exemplo, no tipo de abordagem de Chaparro, que opta por sete categorias para fazer uma tipologia das fontes jornalísticas:

1. Organizadas (interessadas)
2. Informais (humanizadoras)
3. De referência (sábias)
4. De aferição (independentes)
5. Aliadas (cúmplices)
6. Documentais (inéditas)
7. Bibliográficas (reconhecidas)

Esta é uma classificação claramente orientada a partir da prática cotidiana do repórter. Mais recentemente, Kischinevsky e Chagas (2017) propõem uma categorização própria, levando em conta o fato de que “o processo de seleção de fontes

e a transparência da origem das informações veiculadas pelos suportes informativos são discussões constantes nas reflexões em torno da construção da notícia” (p. 114). Aqui o olhar se desloca para a problemática da pluralidade e a diversidade das fontes, especialmente nas rotinas jornalísticas do rádio.

Schlesinger (1990, p. 62) nos lembra que muitas vezes os jornalistas estão frente a fontes poderosas que têm interesse tanto em *divulgar* fatos como em *esconder* fatos. Logo, o acesso direto entre fontes e jornalistas não garante, necessariamente, um fluxo livre de informação. No coração do estudo das fontes estão as relações entre a mídia e o exercício de poder político e ideológico, especialmente - mas não exclusivamente - por instituições centrais que buscam definir e controlar o fluxo de informação em alguma área polêmica. Igualmente, Pinto (2000), entende que qualquer taxonomia das fontes irá estar, necessariamente, vinculada a interesses e perspectivas distintas. Assim, elabora a seguinte classificação:

1. Segundo a natureza: fontes pessoais ou documentais;
2. Segundo a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas;
3. Segundo a duração: fontes episódicas ou permanentes;
4. Segundo o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais;
5. Segundo o grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indiretas/secundárias;
6. Segundo a atitude face ao jornalista: fontes activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes)
7. Segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anônimas/confidenciais;
8. Segundo a metodologia ou a estratégia de atuação: fontes pró-ativas (ou reativas), preventivas (ou defensivas).

Se considerarmos as diversas classificações propostas pelos autores como instrumentos analíticos para pesquisa, são os três últimos itens da taxonomia de Pinto que mais nos interessa, já que tratam menos da *posição* da fonte em relação ao fato e mais da *relação* da fonte com o jornalista; seus interesses; ações realizadas para divulgar o que deseja e os resultados.

A relação entre fontes e jornalistas

Gans (2004, p. 147) descreve a relação entre fontes e jornalistas como uma espécie de dança, em que cada um busca acesso ao outro, e qualquer um dos dois pode

guiar - mas, mais frequentemente, a fonte o faz. Na literatura sobre o assunto, é constante a preocupação de um excesso de intimidade entre eles. O historiador Robert Darnton (1990), ao relatar sua experiência como repórter no New York Times, propôs que uma sociologia do jornalismo analisasse a simbiose, além dos antagonismos que crescem entre um repórter e suas fontes. Para ele, depois de certo tempo na mesma área, os repórteres especializados tenderiam imperceptivelmente a adotar o ponto de vista das pessoas sobre as quais escrevem. Passariam a compreender as complexidades da posição do outro e criar laços estreitos com essas pessoas, o que diminuiria sua visão crítica, ou, pior, criaria uma relação de dependência mais ou menos consciente, justificada pela produtividade da própria fonte, já que o custo de perder uma boa fonte pode ser para o repórter bastante elevado (Wolf, 2009). Ainda que a figura do repórter setorizado a que Darnton faz alusão tenha praticamente acabado, com a profissionalização da área de comunicação das instituições, a própria relação do jornalista com o profissional de assessoria de imprensa requer outros cuidados. O experiente jornalista político Franklin Martins, coloca da seguinte maneira o posicionamento ideal em relação às fontes: “nem tão distante que se perca a informação, nem tão perto que se perca a independência” (MARTINS, 2009, p. 54).

Nos vazamentos estudados, as fontes trabalharam em diferentes graus de proximidade com os jornalistas.

Tabela 2 - Vazamentos/Dinâmica de colaboração

VAZAMENTO	FONTE	DINÂMICA/NÍVEL DE COLABORAÇÃO
Pentagon Papers	Daniel Ellsberg, funcionário do Pentágono	Entregou cerca de 7.000 páginas de documentos nas mãos do repórter do New York Times, Neil Sheehan
Watergate	O então diretor assistente do FBI, Mark Felt, que ficou conhecido pelo codinome de Garganta Profunda (Deep Throat), em referência a um filme pornográfico de mesmo nome da época. O nome também faz referência à expressão <i>deep off</i> , jargão em inglês para o off total em que a fonte não pode ser citada nem identificada.	Dois repórteres do New York estranharam e começaram a investigar por conta própria um suposto assalto aos escritórios do Partido Democrata. Não se tratou de um vazamento clássico. Uma fonte do governo, que pediu anonimato, começou a colaborar com eles dando dicas, confirmando ou negando suas suspeitas.
Wikileaks	Chelsea Manning, soldado do exército estadunidense / Julian Assange, fundador e principal	O material foi enviado diretamente ao site Wikileaks. Os dois primeiros vazamentos, relativos às guerras do Iraque e Afeganistão

	representante do site Wikileaks	foram divulgados no site. Já o material relativo aos documentos diplomáticos foi trabalhado em parceria com grandes jornais, como o <i>New York Times</i> , <i>The Guardian</i> , <i>Der Spiegel</i> e o <i>El País</i> .
Caso Snowden	Edward Snowden, funcionário terceirizado da Agência Nacional de Segurança dos EUA.	Depois de longa preparação, entrou em contato com o jornalista Glenn Greenwald e com a documentarista Laura Poitras. Não apenas repassou o material mas já entregou as informações coletadas de forma organizada para que os jornalistas as trabalhassem. Insistiu em um pool de veículos de comunicação.
Panama Papers	Contatos feitos virtualmente, através de <i>chats</i> criptografados. Insistiu em anonimato. Autointitulava-se “John Doe”, nome que os policiais costumam dar aos cadáveres sem identificação. O equivalente em inglês a “João Ninguém”.	Contactou os jornalistas alemães Frederik Obermeir e Bastian Obermeir do jornal <i>Suddeutsche Zeitung</i> , oferecendo informações, mas exigiu a associação dos jornalistas com jornais de grande exposição em inglês. Pela frequência e atualidade das informações passadas, a fonte parecia ter acesso às informações no mesmo período do vazamento.
Lava Jato	Sérgio Moro, juiz federal, responsável pelo julgamento da Operação Lava Jato.	A fonte repassou para a Rede Globo de Televisão o conteúdo da escuta telefônica gravada de uma conversa do ex-presidente Lula com a então presidente Dilma Rousseff.
Vaza Jato	Walter Degatti, <i>hacker</i> e estudante de direito.	A fonte entregou <i>prints</i> de conversas telefônicas pelo aplicativo <i>Telegram</i> ao site <i>The Intercept Brasil</i> , de Glenn Greenwald

Fonte: autoria própria

Nos materiais institucionais produzidos para os jornalistas, como manuais e códigos de ética e deontológicos, a problemática da relação com as fontes pouco aparece. Fidalgo (2000), ao fazer um panorama de códigos deontológicos de jornalistas na Europa, mostra que é a questão da confidencialidade - a proteção do anonimato das fontes - a referência mais repetida nos documentos. No Brasil, ao propor sua taxonomia, Schmitz (2011) analisou os manuais da Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora. Quase todas as citações que faz, em seu artigo, relativas aos manuais, relacionam-se com a questão do *off*, em quando e como ele pode ser utilizado.

Efetivamente, a visibilidade total ou parcial da fonte – e a consequente defesa de seu anonimato - é um ponto crucial no jornalismo. Thompson (1998) alerta que as informações repassadas em *off* pelas fontes no ringue político, especialmente quando essas vêm de fontes do governo, é menos um vazamento do que “um estratagema usado pelo governo oficial para administrar as fronteiras entre o visível e o invisível” (p. 129).

Matheus e Miranda (2020, p. 11) lembram que “este tipo de situação pode ser especialmente arriscada para a credibilidade do jornalista, ficando ele refém da fonte, e para a empresa, ficando refém do repórter”. As autoras fazem ainda a diferenciação entre o *off* total, em que a fonte fornece informações que ajudaria o repórter a contextualizar sua história, e a divulgação de informações de fonte anônima, prática que não deveria, segundo elas, ser utilizada. Serrano (2003) apresenta outras preocupações: o fato de que esses encontros de *background* tenham se tornado uma espécie de fábrica de balões de ensaio. “São, muitas vezes, a base de desmentidos oficiais e de especulação para colunistas e comentadores, além de temas de entrevistas e discussões públicas” (p.8). Fontes anônimas não costumam ser protagonistas, o que não quer dizer que toda fonte conhecida é, necessariamente, protagonista.

Martino (2010) coloca que o contato com as fontes de informação é uma mistura de talento, sorte e oportunidade. Nessa mistura, entretanto, novos elementos vão se juntando enquanto outros ganham maior peso. As novas tecnologias de informação forneceram ferramentas para movimentos em direção a uma mudança nos rumos do acesso social à informação publicamente relevante. Em uma época em que a transparência é um valor cobrado pela sociedade a governos e empresas, a vigilância cresce em relação a abusos de instituições do poder. É importante aqui ressaltar as novidades quanto à maneira pela qual esses grupos “acessam, se apropriam e lançam suas questões de interesse na esfera pública, para ali serem acolhidos, rejeitados ou debatidos” (Rabelo, 2017, p. 88).

Baseados nas considerações desenvolvidas, sugerimos a seguir uma categorização das fontes atuantes nos casos de vazamento estudados.

Quadro 3 - Tabela de Vazamentos/Tipo de fonte

VAZAMENTO	FONTE	TIPO	CARACTERÍSTICAS
Pentagon Papers	Daniel Ellsberg	não colaborativa não protagonista	apenas entregou os documentos aos jornalistas e não apareceu muito durante o processo.
Watergate	Mark Felt	não colaborativa protagonista (involuntário)	Apesar de “dirigir” de certa forma a investigação, na medida em que confirmava, negava ou dava dicas para os jornalistas, não interferiu na forma como as informações seriam aproveitadas. Pela posição que,

			desconfiava-se, a fonte teria dentro do governo estadunidense, mesmo tendo permanecido anônimo por tanto tempo a fonte ficou mundialmente conhecida por seu pseudônimo, gerando muita especulação e contribuindo para aumentar a carga de exposição do episódio.
Wikileaks	Chelsea Manning / Jean Assange	não colaborativa não protagonista / colaborativa protagonista	A fonte original não interferiu na dinâmica de publicação das informações após repassá-las ao site. Apesar de ocupar o noicário como fonte, não detonou fatos jornalísticos significativos. Julian Assange fez ambos, por si só, foi e continua a ser motivo de fatos jornalísticos e estabeleceu um novo modelo de colaboração site/veículos.
Caso Snowden	Edward Snowden	colaborativa protagonista	Desde antes mesmo de contactar os jornalistas e estabelecer as regras de publicação, Snowden já trabalhou nos documentos de forma a ajudar os jornalistas. O fato de não pedir anonimato e fazer questão de defender sua legitimidade ao divulgar as informações fez dele uma fonte fortemente protagonista.
Panama Papers	“John Doe”	colaborativa não protagonista	Permanecendo anônima, a fonte não determinou novos acontecimentos jornalísticos, mas foi colaborativa na medida em que, demonstrando conhecimento da dinâmica praticada no Caso Snowden, também orientou, de alguma forma, a publicação das notícias.
Lava Jato	Sérgio Moro	colaborativa protagonista	A forma com que o juiz entregou o material para a Rede Globo revela se não uma interferência, pelo menos um conhecimento e utilização, de acordo com seus interesses pessoais, das práticas e <i>deadlines</i> das redações jornalísticas. Também a fonte tinha uma posição tal que, por si só, criou vários acontecimentos jornalísticos posteriores.
Vaza Jato	Walter Delgatti Netto	não colaborativa não protagonista	A fonte não determinou, por si, só, novos acontecimentos jornalísticos nem interferiu no modo de divulgação da informação.

Fonte: autoria própria

Considerações finais

Toda fonte tem interesses. Assessores de imprensa de companhias e porta-vozes de governos querem mostrar o melhor de seus empregadores, e - se possível - esconder o pior. Políticos buscam popularidade e um meio de neutralizar os adversários. Especialistas estão interessados em explicar, pelo seu ponto de vista, temas que podem ser complicados para a população. E, naturalmente, aproveitam a visibilidade e a

credibilidade que as participações na mídia lhes trazem. Representantes de movimentos sociais querem fazer avançar suas causas. Testemunhas e personagens de eventos em geral (bons ou ruins) querem compartilhar com outras pessoas suas dores, indignação, felicidade, surpresa. Mesmo fontes documentais são vestígios dos interesses de então desta ou daquela pessoa.

Para além dos interesses pessoais (ou corporativos) imediatos, fontes protagonistas de vazamentos e denúncias costumam levar a questão da motivação a um outro patamar. Aqui, naturalmente, excluimos os delatores, uma vez que estes se constituem de uma categoria jurídica específica: criminosos que, uma vez pegos, concordam em negociar uma redução na pena em troca de informações. De qualquer maneira, o jornalismo parece sempre andar na corda bamba nos momentos em que a fonte resolve assumir o protagonismo, ou, pelo menos, desde que se instalou o mito da objetividade e a noção do jornalismo profissional. Afinal, o que pode render um grande furo jornalístico, e milhares de leitores a mais, também pode ser o resultado de uma manobra de instrumentalização da imprensa em benefício próprio.

Por suas características, as classificações sugeridas de fontes protagonistas e colaborativas servem mais à análise de casos do que ao uso prático na rotina do fazer jornalístico. Nossa proposta não quer mais do que apresentar uma possível ferramenta metodológica para os estudos jornalísticos, admitindo as instigações colocadas por Schelsinger (1990) e Christoffoletti (2016) sobre a necessidade de um estudo mais aprofundado das fontes.

REFERÊNCIAS

CHAPARRO, Manuel. **A pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 2007

CHRISTOFFOLETTI, Rogério. Riscos éticos em tempos de delações, vazamentos e clamor pela transparência. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2-2016, p. 58-77, 2016.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FIDALGO, Joaquim. A questão das fontes nos códigos deontológicos dos jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, v. 2, p. 319-337, 2000.

FREITAS, Carla Miranda B. de. A colaboração no jornalismo: do Arizona Project aos Panama Papers. 2016. 176. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-



Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

GANS, H. **Deciding what news is: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Tima**. Northwestern University Press, 2004 (1979).

KISCHINHEVSKY, Marcelo; CHAGAS, Luã. Diversidade não é igual a pluralidade–Proposta de categorização das fontes no radiojornalismo. **Galáxia (São Paulo)**, n. 36, p. 111-124, 2017.

LAGE, Nilson. Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria. **Versão Electrónica**: [http://www.crisluc.arq.br/Relacionamento% 20do% 20rep% F3rter% 20com% 20as% 20fontes. pdf](http://www.crisluc.arq.br/Relacionamento%20do%20rep%F3rter%20com%20as%20fontes.pdf) **COMPÓS**, v. 9, p. 2000, 2000.

LOPES, Felisbela. Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. **Observatorio (OBS*)**, v. 10, n. 4, 2016.

MATHEUS, L. .; MIRANDA, P. . Do off ao vazamento:: paradigmas e dilemas jornalísticos . **E-Compós**, [S. l.], 2020. DOI: 10.30962/ec.2271. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/2271>.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. Editora Contexto, 2009

MC NAIR, Brian. **The Sociology of Journalism**. London: Arnold, 1998

PINTO, Manuel. **Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo**. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294.

RABELO, Leon.. Assange, Snowden, Greenwald. In: BRAGA, José Luiz et al. **Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade**. EDUEPB, 2017

SCHLESINGER, Philip. Rethinking the sociology of journalism: Source strategies and the limits of media-centrism. **Public communication: The new imperatives**, p. 61-83, 1990.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Classificação das fontes de notícias. **Retirado de [http://bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldoclassificacao-das-fontes-de-noticias. pdf](http://bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldoclassificacao-das-fontes-de-noticias.pdf)**, 2011.

SERRANO, Estrela. Jornalismo e elites do poder. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, vol. 12, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Editora Vozes: 1998

WOLF, Mauro; DE FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar. **Teorias da comunicação**. Presença, 1987.